

# Novas perspectivas sobre o novo banco BRICS

*Opiniões do Brasil, Índia e China sobre o Novo Banco de Desenvolvimento*



*Representantes dos países dos BRICS se encontram na Cúpula Anual na cidade chinesa de Xiamen de 3 a 5 de setembro. (foto: flickr.com/portablematthew)*

中拉对话  
DIÁLOGO  
CHINO

中外对话  
chinadialogue

INDIA CLIMATE DIALOGUE

## Carta do editor:

---

O anúncio do Presidente Donald Trump da saída dos Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris, assim como sua hostilidade generalizada aos acordos e comércio globais, levaram muitos a se perguntarem se a China e outras economias emergentes poderiam assumir e exercer a liderança em questões ambientais e de desenvolvimento.

A China e outras potências terão a chance de colocar à prova seu novo papel ativo através das ações de uma nova safra de credores, incluindo dois novos grandes bancos multilaterais liderados pela China que vêm desafiando as instituições de Bretton Woods, frequentemente criticadas por serem pouco representativas.

Um deles é o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla inglesa), com sede em Pequim. O maior projeto que ele financia é conhecido como a Iniciativa Um Cinturão, Uma Estrada (Belt and Road Initiative, em inglês), que promete maior conectividade. A instituição já realizou suas duas primeiras assembleias gerais anuais. O outro é o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), com sede em Xangai. Conhecido como o banco dos BRICS, a instituição começou a fazer empréstimos em abril do ano passado, mas tem atraído menos atenção da mídia até o momento.

Os créditos aprovados pelo NBD somam mais de US\$ 1,5 bilhão e foram usados para financiar projetos de energia nos países membros dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Embora esses investimentos “verdes” sinalizem um compromisso com o desenvolvimento sustentável, as políticas do banco não descartam a possibilidade de financiar projetos de combustíveis fósseis no futuro.

Ambientalistas e grupos da sociedade civil afirmam que o Banco é muito opaco e não tem canais abertos onde eles possam expressar suas preocupações a respeito dos impactos causados pelos projetos. Esses grupos lutam por salvaguardas socioambientais mais robustas para evitar a “solidificação” de uma nova geração de sistemas de energia com alta emissão de carbono.

Antes da 9ª Cúpula do BRICS, que será realizada entre os dias 3 e 5 de setembro na cidade de Xiamen, no sudeste da China, publicaremos uma série de reportagens com alguns países membros do NBD – Brasil, Índia e China –, apresentando novas perspectivas sobre as normas de concessão de empréstimos do NBD, sua interação com quem está preocupado com os possíveis impactos sociais e ambientais dos projetos, e a sua estratégia futura para expandir e potencialmente incorporar novos membros.

Do Brasil, Milton Leal fala sobre as questões que estão preocupando os analistas, nomeadamente a falta de transparência do NBD e a ausência de uma plataforma compartilhada com a sociedade civil em Xiamen. Em Xangai, Wu Yixiu perguntou à Leslie Maasdorp, diretor financeiro do NBD, se as práticas do Banco de conceder crédito para os bancos de desenvolvimento dos seus países membros poderiam enfraquecer seus padrões de sustentabilidade. Na Índia, Aditi Roy investiga as implicações da recusa do Banco em excluir os projetos de combustíveis fósseis da sua lista de potenciais beneficiários e explora como a instituição se compara, neste ponto, com outros credores multilaterais de desenvolvimento.

A ascensão do poder econômico e estratégico dos BRICS acontece no momento em que Washington retira seu apoio financeiro e renuncia à liderança global nas questões de desenvolvimento sustentável. Mas o surgimento do NBD como uma alternativa para o financiamento de infraestruturas, e a possível adição de novos membros para que a instituição possa ampliar sua carteira de crédito, traz consigo o risco de prejudicar os padrões de sustentabilidade. O objetivo é que estes artigos ajudem a compreender mais profundamente o papel que o NBD desempenha neste momento tão crítico.

**Sam Geall** é diretor executivo da *chinadialogue* e associado da *Chatham House*. Foi editor da publicação *“China and the Environment: The Green Revolution”* (Zed Books, 2013).





Manifestantes anti nuclear protestam na porta do BNDES.  
(foto: flickr.com/greenpeacebrasil)

Milton Leal

## Para quem empresta o banco dos BRICS?

---

É por que não se importa com a população eventualmente afetada?

Desde o início das operações do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), em fevereiro de 2016, a instituição financeira multilateral criada pelos governos dos países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) aprovou mais de US\$1,5 bilhão em acordos de financiamento para projetos de infraestrutura localizados nos países membros.

Entretanto, até as vésperas da 9ª cúpula dos BRICS, que ocorrerá entre os dias 3 e 5 de setembro na cidade chinesa de Xiamen, o NDB não divulgou com clareza quais projetos especificamente receberão os recursos, muito menos realizou qualquer consulta pública às populações que eventualmente

poderão ser impactadas pela construção destas obras, prática comum entre outros bancos multilaterais, além de ter confiado a análise de impactos no meio ambiente dos projetos aos próprios tomadores dos empréstimos.

Entidades não governamentais da sociedade civil estão preocupadas com o *modus operandis* do banco dos BRICS. A falta de um canal de diálogo oficial com o banco, a ausência de transparência e clareza nas políticas formuladas pelo NDB e os riscos da provável inclusão de novos países membros no banco são algumas das questões levantadas pelas organizações civis.

“De fato, não existe nenhum instrumento no banco que permita diálogos rotineiros com a sociedade civil, não existe um canal institucional para isso. Não há transparência em relação a como os processos de aprovação dos projetos ocorrem. Até agora, o banco não divulgou os relatórios de impactos dos projetos que estão sendo analisados”, argumenta Paulo Esteves, diretor do grupo de pesquisa BRICS Policy Center, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

O diálogo entre os representantes da sociedade civil e a alta administração do banco tem ocorrido em encontros reservados, com a presença dos vice-presidentes que representam o Brasil e a Rússia.

“O contato com o banco ocorre em conversas informais às margens dos encontros anuais do banco e das cúpulas dos BRICS”, conta Caio Borges, advogado da ONG brasileira Conectas, que participou de algumas das conversas com representantes do banco. “Na Cúpula de Xiamen, porém, não tem nenhum encontro programado entre a sociedade civil e o banco”, disse ele ao Diálogo Chino.

“ O conceito de infraestrutura sustentável utilizado pelo NDB em sua estratégia geral, por exemplo, é muito amplo e vago, falta definir exatamente o que é isso”

**Caio Borges**

Advogado da ONG brasileira Conectas, que participou de algumas das conversas com representantes do banco.

A exigência do grupo de entidades civis, representado pela Coalizão de Direitos Humanos em Desenvolvimento, é de que haja uma primeira reunião oficial com o NDB, a exemplo do que fez o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês) para que conceitos básicos sustentados pelo banco sejam devidamente esclarecidos.

“O conceito de infraestrutura sustentável utilizado pelo NDB em sua estratégia geral, por exemplo, é muito amplo e vago, falta definir exatamente o que é isso”, opina Borges, que no final de agosto viajou à Índia para participar de um grupo de trabalho formado por organizações da entidade civil que pretendia formular as bases do conceito de infraestrutura sustentável.

Até o momento, boa parte dos financiamentos aprovados pelo NDB tem como foco projetos de energia renovável, como usinas eólicas, solares e pequenas centrais hidrelétricas.

No Brasil, por exemplo, um empréstimo de US\$ 300 milhões foi aprovado para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Leonardo Botelho Ferreira, chefe do departamento de captação e relacionamento institucional do BNDES, disse ao Diálogo Chino que esses recursos deverão ser empregados em projetos eólicos que já constam da carteira do banco de desenvolvimento brasileiro.

“O NDB fez uma due diligence no BNDES e nas normas aplicáveis ao banco pelos órgãos ambientais brasileiros. O NDB teve acesso a como é feito o processo de licenciamento, o acompanhamento das licenças etc. O NDB deverá fazer, sim, alguma análise interna sobre os projetos, mas a due diligence prévia ao contrato de financiamento já cobriu boa parte dessas questões”, esclarece Botelho, que diz acreditar que até o final deste ano o BNDES já estará apto a apresentar pedidos de desembolso ao NDB, assim que concluídas algumas condições burocráticas relativas ao empréstimo.

## **Sistemas nacionais e novos membros**

Uma das políticas estabelecidas pelo NDB compreende se apoiar nos sistemas regulatórios nacionais dos países fundadores do banco para a avaliação e aprovação dos projetos.

No caso do Brasil, por exemplo, o NDB contou com a ajuda do BNDES para avaliar as regras nacionais do país. A preocupação dos observadores externos recai sobre que tipo de normativa e salvaguardas ambientais e sociais se aplicará a eventuais novos membros do NDB.

“Esta [utilização dos sistemas nacionais como padrão para as análises] é uma tendência dos bancos multilaterais. Mas qual o problema de trabalhar com os sistemas de avaliação domésticos? É que não há acompanhamento direto. Se faz uma due diligence antes, mas não se acompanha o processo. Não se sabe quanto os sistemas domésticos são efetivos. Podemos ter um bom marco regulatório, mas não necessariamente um sistema efetivo,” diz Esteves, do BRICS Policy Center.

“A gente pode pensar que os cinco países que estão tomando empréstimos do NDB tenham sistemas nacionais suficientemente fortes e consistentes, o que não necessariamente é verdade. Mas vamos supor que isso seja verdade, o que acontece quando o banco for emprestar recursos para outros países que não têm sistemas tão eficientes assim?”, indaga Esteves.

Na visão de Borges, a próxima cúpula dos BRICS não deverá ter o NDB como centro das atenções. Para Borges, o evento paralelo Civil BRICS, que reúne representantes da sociedade civil e que ocorrerá concomitantemente à cúpula, não deverá trazer questões relativas ao banco dos BRICS. Esteves concorda e acha que o NDB “não vai ser um assunto muito quente no Summit”. O diretor do BRICS Policy Center acredita que o NDB tentará a todo custo se distanciar dos interesses políticos e econômicos de cada país fundador para poder competir em pé de igualdade com outros bancos multilaterais.

“O NDB guarda uma relativa autonomia do grupo dos BRICS. O banco já está captando no mercado e não pode ficar à mercê da vontade dos governos dos países sob pena de perder a possibilidade de rating. O banco depende dessa autonomia relativa para ser bem avaliado e captar recursos a um custo menor, pois ele não sobreviverá apenas dos recursos aportados pelos países fundadores”, opina Esteves.

O Diálogo Chino entrou em contato com NDB para que o banco comentasse as críticas sobre a falta de engajamento com a sociedade civil. Até o momento da publicação dessa matéria, nenhum representante do banco respondeu à nossa reportagem.





A sede do NDB em Pudong, Shanghai.  
(foto: flickr.com/lawrenceyeah)

Wu Yixiu

## Quais são as novidades do Novo Banco de Desenvolvimento?

NBD tem planos de aprovar mais de 15 projetos em 2017 que, somados, chegam a US\$ 3 bilhões



*Leslie Maasdorp, Vice-presidente e diretor financeiro do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)*

O banco multilateral de desenvolvimento foi fundado pelos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2015. Segundo Leslie Maasdorp, vice-presidente e diretor financeiro do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), os futuros projetos do banco abarcarão os setores de energias



renováveis, transporte sustentável, tratamento de água e desenvolvimento urbano, entre outros.

De acordo com a estratégia geral de atuação do banco para os próximos cinco anos, cerca de dois terços de todos os financiamentos serão destinados ao desenvolvimento de infraestrutura sustentável. Seis dos sete projetos que atualmente compõem o portfólio do banco pertencem ao setor de energias renováveis. No ano passado, o banco fez a sua primeira venda de títulos verdes na China, totalizando 3 bilhões de iuanes (US\$ 448 milhões), tornando-se a primeira instituição financeira multilateral a emitir títulos verdes na China.

No entanto, o banco tem sido alvo de muitos questionamentos, como, por exemplo, se levará adiante suas atuais práticas de investimento; se as suas políticas para a proteção ambiental e a promoção da justiça social são suficientemente robustas; e por que ainda não tem uma estratégia detalhada para os seus investimentos no setor energético, que têm sido a peça central do seu portfólio até o momento.

A reportagem fez uma entrevista com o vice-presidente do NBD na sede do banco em Xangai para descobrir como ele pretende se diferenciar das inúmeras outras instituições financeiras multilaterais e qual é a sua definição de financiamento verde.

## **P: O que o termo “novo desenvolvimento” significa para o Novo Banco de Desenvolvimento?**

**LM:** Leslie Maasdorp (LM): O grupo de cinco países que fundou o banco – liderado pela China, no sentido de que a China é a segunda maior economia do mundo – enfrenta enormes desafios ambientais devido a um padrão específico de crescimento econômico que se manifestou ao longo dos últimos 30 anos.

O melhor exemplo de um crescimento econômico dinâmico nos últimos 30 anos vem da China, mas isso causou danos graves ao meio ambiente e à saúde pública.

Hoje temos desafios enormes relativos à qualidade do ar e da água e ao meio ambiente de forma geral. Em vista disso, o banco espera contribuir

para o desenvolvimento verde dos países membros, que consideram fundamental o foco nas energias renováveis.

O fato de que os primeiros cinco projetos do banco foram desenvolvidos quase que em sua totalidade no setor de energias renováveis reflete as prioridades ambientais dos nossos membros. Os países buscam reduzir a sua pegada ambiental e fazer uma transição para uma economia de baixo carbono.

**P: Qual é o valor que o NBD agrega para se destacar no grupo de bancos multilaterais de desenvolvimento, que vem crescendo bastante?**

**LM:** Primeiro, eu diria que o nosso foco é a sustentabilidade, que eu já destaquei. Isso é compartilhado por muitos outros bancos de desenvolvimento, porém, no nosso caso, o desenvolvimento sustentável faz parte do nosso Acordo Constitutivo. O nosso segundo diferencial é que gostaríamos de explorar até que ponto podemos levantar fundos em moeda local. Queremos conceder empréstimos em moeda local para os nossos países membros. Então o que isso significa? No caso da China, por exemplo, em vez de apenas oferecer empréstimos em dólar americano, utilizaremos também o renmimbi.

Nosso terceiro diferencial é o que chamamos de “sistemas nacionais”. Para nós, é muito importante respeitar as formas institucionais únicas de cada um dos nossos países membros. Não iremos até a China para impor padrões que foram desenvolvidos globalmente como as melhores práticas, dizendo que eles precisam adotá-los para lidarem com o reassentamento das suas populações, com a qualidade da sua água ou com a sua poluição. Cada país tem características muito individuais.

Então eu diria que a sustentabilidade, os financiamentos em moeda local e os sistemas nacionais são os nossos três principais diferenciais.

Em quarto lugar, queremos, como instituição, inovar em nosso modelo de negócios, estar abertos a novas ideias e ser ágeis. Portanto, não teremos um conjunto fixo de produtos. A abertura às novas ideias e à inovação nos permitirá estabelecer parcerias com outras instituições.

**P: E se os sistemas nacionais forem considerados insuficientes para assegurar que os padrões ambientais e sociais do NBD sejam protegidos?**

**LM:** Hoje em dia, quando eu apresento minhas palestras, geralmente peço para aqueles que acham que as normas ambientais da China são fracas levantarem as mãos. A maioria das pessoas acha que as normas chinesas são fracas. Isso, na verdade, é uma impressão equivocada. O motivo por que temos um nível muito mais alto de poluição neste país, por exemplo, não é porque as normas ambientais da China são fracas. É porque elas nem sempre são cumpridas. Então, queremos assegurar que as normas locais sejam cumpridas.

As políticas do NBD incluem normas ambientais, sociais e trabalhistas e queremos assegurar a perfeita aderência aos princípios nelas delineados. Então, no caso de haver uma divergência, o NBD conta com um plano – um conjunto mínimo de condições para as aquisições, as normas trabalhistas e o reassentamento de comunidades.

Não entraremos em uma situação onde os países não tem norma alguma.

**P: Como o NBD assegura que seus títulos verdes sejam realmente “verdes”? E qual é a posição do NBD quanto ao financiamento de projetos de combustíveis fósseis?**

**LM:** As normas que regulam os títulos verdes são bem amplas. As diretrizes do Banco Popular da China (PBC) são bem claras nesse sentido. Por exemplo, os emissores de títulos devem contar com um processo de auditoria ou de rastreamento das operações. Se você analisar essas diretrizes (estabelecidas em 22 de dezembro de 2015), verá que o PBC reconhece diferentes tons de verde.

“*Tenho certeza de que, no futuro, haverá projetos que apresentam certa ambiguidade.*”

**Leslie Maasdorp**

*Vice-presidente e diretor financeiro do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)*

Quanto aos nossos projetos, os detalhes de todos eles estão publicados nos nossos websites. É possível ver que todos os nossos títulos são substancialmente verdes. Nossos projetos em energias renováveis não têm conexão alguma com os sistemas tradicionais de energia.



Tenho certeza de que, no futuro, haverá projetos que apresentam certa ambiguidade. Por exemplo, existem formas de produzir carvão limpo, então você pode montar uma central termoelétrica a carvão incorporando tecnologias de ponta para reduzir a pegada ambiental. Esse é um espaço que ainda não exploramos. Felizmente, os nossos projetos até o momento são 100% verdes nesse sentido.

**P: O NBD vai divulgar uma estratégia energética mais completa no futuro?**

**LM:** Nosso foco é a infraestrutura sustentável. Teremos, até o final deste ano, 150 profissionais trabalhando no banco. Esse número vai aumentar para 240 no ano que vem. Parte desse crescimento implicará no desenvolvimento de conhecimentos setoriais específicos em áreas ambientais, como água e transportes sustentáveis. Também envolverá o desenvolvimento de políticas específicas para cada uma dessas áreas, o que deve acontecer nos próximos 18 meses a dois anos. Então, nessa fase, ainda não temos políticas energéticas específicas, mas elas fazem parte dos planos futuros da instituição.



*Na Índia, a eletrificação off-grid está perto de estourar.  
(foto: Abbie Trayler-Smith, via indiaclimatedialogue.net)*

[Aditi Roy Ghatak](#)

## Novo Banco do Desenvolvimento ainda busca seu caminho verde

---

NBD precisa de mais transparência e divulgação para afastar as preocupações dos stakeholders e das organizações da sociedade civil

O Novo Banco de Desenvolvimento – criado em 2015 pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) – prometeu uma mudança de paradigma na forma como são realizados os financiamentos dos projetos de desenvolvimento. A instituição ainda está lutando para estabelecer a qualidade do seu capital, as credenciais verdes para os projetos que pretende financiar e um compromisso sólido com a transparência e a prestação de contas.

A capitalização do NBD é um tema que vem gerando alguma preocupação porque a qualidade dos seus financiamentos era para ser seu principal diferencial em relação às outras instituições multilaterais de crédito, como o Banco Mundial. “Há receios de que os BRICS descumpram os compromissos que assumiram de contribuir com recursos financeiros para apoiar o NBD”, afirmou para o [indiadialogue.net](http://indiadialogue.net) Biswajit Dhar, professor do Centro para Estudos e Planejamento Econômico da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Jawaharlal Nehru.



A previsão inicial do capital subscrito, que seria dividido igualmente entre os cinco países, era de US\$ 50 bilhões. “No entanto, em 30 de junho de 2016, o capital realizado do banco era de apenas US\$ 1 bilhão”, afirmou Dhar. “O banco está levantando recursos do mercado privado de capitais para cumprir o seu mandato”.

“Esses números não justificam a existência da organização, que foi considerado o braço de financiamento dos BRICS e através do qual outros países em desenvolvimento também receberiam ajuda”, disse Dhar. “Penso que, dada a natureza dos fundos que o NBD tem à sua disposição, será muito difícil para a entidade cumprir seus objetivos de financiar projetos verdes”.

## **Mobilização de capital**

Em junho do ano passado, o banco conseguiu emitir 3 bilhões de iuanes – o equivalente a US\$ 435,5 milhões – em títulos verdes no mercado interbancário chinês. O próximo passo na sua agenda é angariar US\$ 500 milhões via títulos masala, que são títulos denominados em rúpias indianas, o que deve acontecer no segundo semestre de 2017, segundo K. V. Kamath, presidente do NBD. Kamath é o primeiro presidente eleito do NBD; anteriormente, ele ocupou o cargo de CEO do Banco ICICI, maior instituição de crédito do setor privado da Índia.



“Por se ver obrigado a entrar no mercado de capital privado, o NBD terá primeiro que pensar em como vai manter a sua viabilidade financeira, o que acontecerá à custa dos seus objetivos”, apontou Dhar. “Como o banco precisará funcionar como uma entidade comercial e não como um organismo de financiamento do desenvolvimento, não poderá envolver organizações da sociedade civil nos processos de devida diligência dos projetos que financia”.

Outros economistas, ambientalistas e organizações da sociedade civil estão preocupados com a natureza dos projetos que o NBD pretende financiar. As propostas originais do NBD – entidade sediada em Xangai e anteriormente conhecida como Banco de Desenvolvimento do BRICS – sinalizavam um compromisso com padrões verdes e com a transparência. A instituição aspirava um alto nível de engajamento com a sociedade civil e as comunidades hospedeiras, qualidades consideradas em extinção no mundo atual dos financiamentos para projetos de desenvolvimento. Por este motivo, um questionário levantando algumas dessas questões foi enviado ao Kamath através do próprio website do banco e também através da sua equipe de comunicação corporativa. Até o momento, as perguntas não foram respondidas apesar do envio de vários lembretes.

Como o NDB não foi capitalizado pelas nações fundadoras, isso pode ter forçado uma mudança na sua postura. No documento de estratégia do banco – que foi aprovado em 30 de junho de 2017 para orientar a sua direção durante os próximos cinco anos (até 2022) – o credor afirmou que: “O NBD tem como objetivo ser rápido, flexível e eficiente e, para isso, usará um processo mais simplificado para a revisão e execução dos projetos, eliminando a burocracia desnecessária. O banco está utilizando uma abordagem baseada em risco para guiar o processo de aprovação e supervisão dos projetos. A abordagem demanda uma revisão ex-ante mais intensiva para projetos mais complexos e arriscados. Os projetos menos arriscados passam por um processo simplificado, com avaliação ex-post”.

### **Avaliações preocupantes**

As avaliações ex-post podem ser especialmente preocupantes, diz o eminente ecólogo Dhruvajyoti Ghosh, laureado do prêmio Global 500 das Nações Unidas e vencedor do prêmio Luc Hoffmann Award em 2016. “Seria interessante perguntar se o NBD fez alguma concessão de fundos sem que

soubesse a que se destinavam ou se o banco está fugindo de fazer uma divulgação pública completa”, disse Ghosh ao [indiaclimatedialogue.net](http://indiaclimatedialogue.net).

O banco afirmou que seria necessário envolver elaboradores de projetos nas questões relacionadas às populações indígenas para se manter consistentes com os requisitos-chave e prometeu que divulgaria “o projeto do plano, incluindo toda a documentação do processo de consulta e os resultados da avaliação de impacto social, em tempo hábil, antes que o projeto fosse avaliado. Ele será disponibilizado em local e forma acessível e em idioma(s) compreensível aos povos indígenas, comunidades e demais stakeholders afetados”. Também prometeu “divulgar o plano definitivo e suas atualizações para os povos indígenas, comunidades e demais stakeholders afetados, em tempo hábil”.

Na Índia, o NBD provavelmente vai financiar um projeto de construção de estradas no estado de Madhya Pradesh e vai estender um financiamento ao banco estatal Canara Bank no valor de US\$ 250 milhões, destinado ao setor de energias renováveis, para projetos que ainda não foram especificados. Essas informações foram compartilhadas pelo ministro indiano das Finanças, Arun Jaitley, no Parlamento do país em 16 de dezembro de 2016.

A Índia tem buscado empréstimos do NBD para financiar cinco projetos, disse Jaitley no Lok Sabha, câmara baixa do Parlamento da Índia. Estes incluem um projeto de reestruturação no setor de água para uma área de deserto no estado indiano do Rajastão, avaliado em US\$ 350 milhões; um programa de construção de estradas avaliado em US\$ 350 milhões, no estado de Madhya Pradesh; um programa de construção de pontes avaliado em US\$ 150 milhões, também no estado de Madhya Pradesh; o projeto Bihar Mukhya Mantri Gram Sampark Yojna, que prevê a construção de estradas rurais e é avaliado em US\$ 841 milhões; e a construção de múltiplos sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais, avaliado em US\$ 470 milhões, em Madhya Pradesh.

### **Uma guinada em direção à opacidade?**

Ghosh ressaltou que, no caso dos investimentos destinados ao Canara Bank, não se sabe quais são os projetos que serão desenvolvidos. O ministro das Finanças não divulgou esse detalhe na declaração que fez no Parlamento,

disse ele. “Onde está a divulgação transparente que foi prometida?”, perguntou Ghosh. O banco parece estar se voltando para uma “divulgação opaca de informações, o que não é coerente com os compromissos ambientais e sociais que assumiu”.

Nesse ponto, Ghosh não está sozinho. O banco está se distanciando das suas promessas originais, ou seja, de ser uma “plataforma de crédito reformada”, para apoiar grandes projetos que têm o potencial de causar grandes danos. Essa é a opinião da Cúpula dos Povos dos BRICS, uma plataforma que reúne vários movimentos populares, redes e organizações da sociedade civil de toda a Índia. O coletivo alega que o NBD está promovendo o desenvolvimento de “infraestruturas sustentáveis” sem ao menos definir o que isso significa.

No encontro de março de 2017, o fórum abordou questões relativas à falta de transparência, prestação de contas, benchmarking ambiental e social, mecanismos de resolução de queixas e espaços para o engajamento das organizações da sociedade civil e dos movimentos populares com o NBD. “A criação do NBD tem implicações de grande alcance, portanto o banco deveria ter uma estrutura de transparência e de prestação de contas”, disse Cíao Borges, advogado da Conectas, uma organização brasileira sem fins lucrativos, durante a convenção.

“Os atuais financiamentos (do NBD) são para projetos de grande porte, o que leva a grandes deslocamentos de pessoas”, afirmou Madhuresh Kumar, organizador da Aliança Nacional de Movimentos Populares, durante a convenção. “Para que um projeto seja sustentável e inclusivo, os benefícios precisam ser distribuídos de forma igualitária”.

Algumas declarações de Kamath também provocaram críticas, principalmente aquelas que mencionaram o papel instrutivo que o Banco Mundial cumpriu junto ao NBD. “Agradecemos muito o apoio oportuno que recebemos do Banco Mundial ao longo do processo de estabelecimento do nosso banco e estamos ansiosos para continuar aprofundando a nossa cooperação. Nós do NBD estamos prontos para ouvir, aprender e colaborar e assim promover a construção de infraestruturas sustentáveis em nossos países membros”, disse Kamath, depois de assinar uma carta de intenções, em setembro de 2016, visando à cooperação entre as duas instituições.



Houve espanto quando o NBD publicou uma declaração em seu próprio website, depois da 10a reunião do seu conselho em Xangai, dizendo que “o banco complementar os esforços de outras instituições financeiras e estabelecerá uma rede de parcerias globais, regionais e locais com bancos multilaterais e nacionais de desenvolvimento, bem como com outras instituições e players do mercado”.

“Esperava-se que o banco, por uma questão de honra, ostentasse com orgulho as profundas diferenças filosóficas, éticas e ecológicas que as separa das instituições de Bretton Woods. A abordagem do banco ao financiamento de projetos de desenvolvimento deveria manter altos padrões de excelência e transformar o processo de concessão de empréstimos, abandonando as tradicionais práticas das instituições multilaterais que tantas graves injustiças já causaram às comunidades indígenas”, diz Ghosh. “Em vez disso, o presidente agora fala de parcerias e em aprender com elas”.

*Sobre os autores:*

**Milton Leal** é jornalista e produtor de filmes. Ele escreve sobre infraestrutura, energia e meio ambiente para revistas internacionais.

**Wu Yixiu** é chefe de comunicação da Iniciativa para Estratégia do Clima do Chinadialogue. Antes, trabalhou como gerente de campanha do Greenpeace do Leste da Ásia para políticas internacionais. Ela também trabalhou como repórter no serviço inglês da Rádio China Interenacional.

**Aditi Roy Chatak** é jornalista senior de economia baseada em Kolkata. Antes, ela foi editora do jornal The Statesman. Roy Ghatar é autora de cinco livros inclusive do Down Lyons Range: 100 Years of the Calcutta Stock Exchange.

Para mais informações por favor entre em contato: [info@chinadialogue.net](mailto:info@chinadialogue.net)